

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2015

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 3º Quadrimestre do exercício de 2015, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido em jornal local, no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão do Andar Superior da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 56.778.080,47, para uma previsão anual de R\$ 55.510.000,00. Ou seja, a previsão inicial foi superada em 2,28%

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita durante o exercício de 2015, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	62.240.797,00	62.973.204,60	101,18%
Receita Tributária	5.533.232,00	6.740.577,77	121,82%
Receita de Contribuições	730.000,00	823.589,65	112,82%
Receita Patrimonial	677.105,00	773.989,88	114,31%
Receita de Serviços	667.500,00	1.345.864,26	201,63%
Transferências Correntes	54.044.810,00	52.285.669,88	96,75%
Outras Receitas Correntes	588.150,00	1.003.513,16	170,62%
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	80.775,00	683.180,14	845,78%
Alienação de Bens	42.100,00	0,00	0,00%
Amortização de Espólios	31.500,00	24.506,79	77,80%
Transferências de Capital	400,00	602.289,00	150572,25%
Outras receitas de capital	6.775,00	56.384,35	832,24%
TOTAL	62.321.572,00	63.656.384,74	
(-) Dedução para o FUNDEB	6.811.572,00	6.279.237,08	92,18%
(-) Outras Deduções da Receita	0,00	599.067,19	-
TOTAL	55.510.000,00	56.778.080,47	102,28%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 56.839.716,94, que corresponde a 91,84% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios e as operações de crédito.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	56.972.631,43	53.289.247,83	93,75%
Pessoal e Encargos Sociais	30.016.408,75	29.237.698,48	51,44%
Juros e Encargos da Dívida	3.750,00	2.632,07	0,00%
Outras Despesas Correntes	26.952.472,68	24.048.917,28	42,31%
DESPESAS DE CAPITAL	4.905.429,37	3.550.469,11	6,25%
Investimentos	4.879.125,03	3.525.808,12	6,21%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	26.304,34	24.660,99	0,04%
Res. Contingência	10.000,00	0,00	0,00%
TOTAL	61.888.060,80	56.839.716,94	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 56.778.080,47 com a despesa liquidada, R\$ 56.839.716,94, temos um déficit orçamentário de R\$ 61.636,47.

Entretanto se a comparação for com a despesa empenhada, que foi R\$ 58.480.923,97, teremos um déficit de R\$ 1.702.843,50.

O déficit do exercício atual foi suportado por superávits verificados em exercícios anteriores.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 469.954,98, que corresponde a 57,02% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	584.750,00	466.133,08	99,19%
Pessoal e Encargos Sociais	503.100,00	440.645,58	93,76%
Outras Despesas Correntes	81.650,00	25.487,50	5,43%
DESPESAS DE CAPITAL	239.500,00	3.821,90	0,81%
Investimentos	239.500,00	3.821,90	0,81%
TOTAL	824.250,00	469.954,98	100,00%

2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, que totalizou R\$ 41.999.141,79. Ou seja, o limite máximo seria R\$ 2.939.939,93.

Comparando com a despesa liquidada, houve uma economia de R\$ 2.469.984,95 em favor dos cofres municipais.

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, no exercício, foi de R\$ 9.021.110,08, para uma previsão de R\$ 6.200.000,00. A previsão inicial foi superada em 45,50%.

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 3.059.985,34, que corresponde a 47,52% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	3.071.400,00	3.059.985,34	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	2.995.100,00	2.991.345,20	97,76%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	76.300,00	68.640,14	2,24%
Res. RPPS + Res. Contingência	3.368.600,00	0,00	0,00%
TOTAL	6.440.000,00	3.059.985,34	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 5.961.124,74.

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

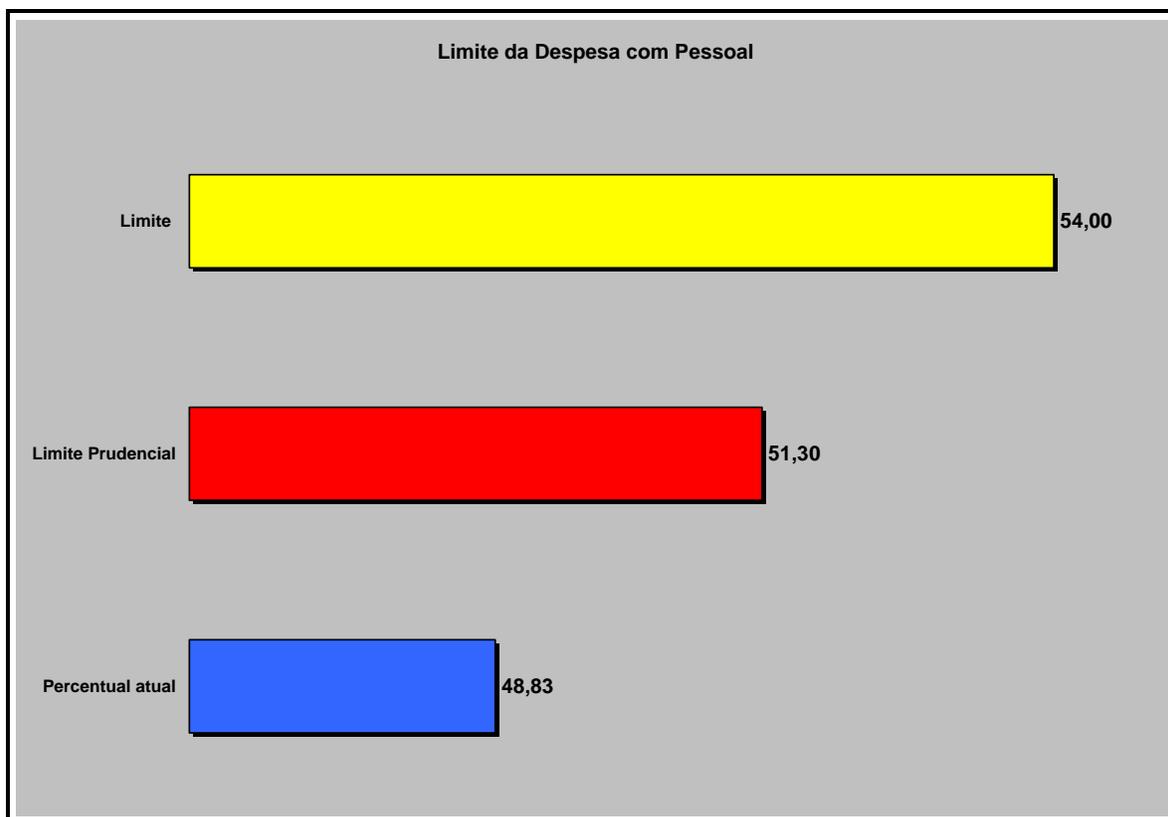
O valor da RCL apurado no mês de DEZEMBRO/2015 é de R\$ 59.924.719,63.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 29.264.020,86, valor este que corresponde a 48,83% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitou tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 440.645,58, valor este que corresponde a 0,74% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

Ao final de 2014 a Dívida Consolidada totalizava R\$ 24.183,15, passando, em DEZEMBRO/2015, para R\$ 606.457,46, representando 1,01% da Receita Corrente Líquida.

Este aumento decorre do não pagamento de precatórios vencidos ao final do exercício, na importância de R\$ 604.245,44.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

O Município dispendeu, no exercício de 2015, a importância de R\$ 31.140,83, com amortização, juros e encargos da Dívida, o que corresponde a 0,05% da Receita Corrente Líquida.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50%.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício de 2015.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16%.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% e houve a aplicação de 24,56% durante o exercício. Já em educação o limite mínimo é de 25% e foram aplicados 28,88%, no mesmo período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2015 foi difícil para os Municípios brasileiros. A crise econômica que assola o Estado e a União teve reflexo direto nas transferências de recursos.

Em Três Coroas não foi diferente, mas houve a compensação através das receitas locais.

É necessário que a Administração fique atenta ao desempenho da receita, visto que para o fechamento das contas em 2015 foi necessário utilizar superávit financeiro de exercícios anteriores e a edição de um decreto para contenção de despesas.

Para 2016 não há uma perspectiva de retomada de crescimento econômico do país, pelo contrário há uma estimativa de um PIB de -3,50%, aliado a uma inflação de 7%. Com certeza, essa situação continuará afetando a receita municipal.

As dificuldades enfrentadas pela União e pelo Estado fazem com que os Municípios tenham que alocar mais recursos próprios em áreas como saúde e educação.

De uma forma geral, os limites legais foram obedecidos. As únicas situações negativas foram o déficit no Poder Executivo e o não pagamento dos precatórios vencidos em 31/12/2015.

PREFEITO: ROGERIO GRADE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: LONI PONATH

CONTADOR: JUARES LUIS DA SILVA

Três Coroas, 22 de fevereiro de 2016.